



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 66ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia Plenária Ordinária 1º de outubro de 2022

1 Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta e
2 dois minutos, iniciou-se o segundo dia da Sexagésima Sexta Plenária Ordinária,
3 realizada de forma híbrida, do Décimo Oitavo Plenário do Conselho Federal de
4 Psicologia. Participaram nessa ocasião de forma presencial: Alessandra Santos de
5 Almeida, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Anna Carolina Lo Bianco
6 Clementino, Célia Zenaide da Silva, Marina de Pol Poniwas, Marisa Helena Alves,
7 Rodrigo Acioli Moura. Presente de forma virtual: Ana Paula Soares da Silva. Ana
8 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, inicia a reunião saudando as¹ participantes e
9 informa as justificativas de ausências que foram aceitas pelo plenário. Procedeu-se à
10 discussão dos pontos. **Ponto 29: ESTATUTO DA PESSOA COM TRANSTORNO**
11 **DO ESPECTRO AUTISTA (Processo Sei nº 576600028.000220/2022-10).** Marisa
12 Helena Alves disse que a SOE – Secretaria de Orientação e Ética recebeu o seguinte e-
13 mail da COF do CRP-13/PB, com pedido de orientação urgente: "A COF/CRP-13,
14 encaminha para conhecimento a lei estadual (Lei nº12378, de 26 de agosto de 2022) que
15 institui o Estatuto da pessoa com transtorno do espectro autista - Lei Alexandre
16 Dardenne - e solicita, em caráter de urgência, orientações sobre qual embasamento legal
17 podemos utilizar para evitar que os desdobramentos dessa lei prejudiquem o sigilo e a
18 privacidade dos atendimentos psicológicos. Visto que a lei mencionada impõe às
19 clínicas, como direito das pessoas autistas, a disponibilização obrigatória de câmeras de
20 vídeo nas salas de atendimento, entre outras coisas". As psicólogas e psicólogos estão
21 acessando nossos canais de comunicação em busca de orientações de como devem
22 resguardar o sigilo de seus atendimentos (métodos e técnicas privativas), pois as clínicas
23 já estão disponibilizando, em suas recepções, telas de TVs com imagens das salas de
24 atendimento para que os pais/responsáveis possam acompanhar o que acontece em
25 tempo real." Destacou ainda que a Resolução CFP nº 13/2022 que dispõe sobre
26 diretrizes e deveres para o exercício da psicoterapia por psicóloga e por psicólogo)
27 prevê o que segue: Art. 11. A gravação das sessões de psicoterapia, por áudio ou vídeo,
28 deve ser consentida, em caráter livre, prévio, informado e por escrito, pela pessoa a ser
29 atendida, e deve: I - ser justificada pela finalidade ou pelo método de trabalho utilizado;

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

30 e II - garantir o sigilo, conforme normas que regem a prática da Psicologia. §1º A
31 gravação de atendimento de criança, adolescente ou interdito é condicionada ao
32 consentimento dos responsáveis, livre, prévio, informado e por escrito, e à subsequente
33 anuência da pessoa a ser atendida. §2º É vedado o uso dos registros de áudio e imagem
34 das pessoas atendidas em caráter alheio às finalidades e ao método previamente
35 estabelecidos. §3º A gravação de sessões compõe o registro documental, nos termos da
36 Resolução CFP nº 1, de 30 de março de 2009". Lembramos que na Plenária do CFP de
37 agosto houve o encaminhamento de criação de um GT interno para aprofundar
38 discussões relacionadas com o tema TEA, composto por Anna Carolina Lo Bianco
39 Clementino, Izabel Augusta Hazin Pires, Ana Paula Soares da Silva, Marina de Pol
40 Poniwas, Marisa Helena Alves e *ad hocs*, porém, de acordo com a GTec, o grupo ainda
41 está se estabelecendo com algumas tarefas iniciais. Assim, a SOE pautou o ponto para
42 plenária para discussão e orientação sobre a resposta. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
43 Nóbrega comentou que é muito comum a instalação de câmeras nas clínicas, mas não na
44 recepção e que este tipo de atitude torna frágil a confiança na profissional e a coloca na
45 subalternidade. Comparou este acontecimento com o depoimento especial. Acredita que
46 este assunto seja muito complexo e grave, pois se não há uma relação de confiança
47 estabelecida, não como se desenvolver o tratamento. Rodrigo Acioli Moura disse que no
48 estado do Rio de Janeiro já viu a ocorrência de denúncias mal intencionadas quanto à
49 profissional e que as câmeras serviram para verificação da conduta profissional. Ana
50 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega salientou que a utilização das câmeras nestes
51 moldes não serve de prova. E disse ainda que a psicologia é uma profissão de risco, pois
52 não tem como saber que tipo de pessoa será atendida. Entende a necessidade de as
53 profissionais utilizarem a câmera para se proteger, mas no caso de atendimento de
54 crianças autistas, há a descaracterização do atendimento. Marisa Helena Alves acredita
55 que seja importante se pensar na profissão diante das mudanças tecnológicas, se discutir
56 o sigilo, o advento da internet, o atendimento online, qual o posicionamento, se discutir
57 sobre todas estas questões. Marina de Pol Poniwas informou que no judiciário há uma
58 mensagem que orienta o paciente a como será realizado o atendimento. Anna Carolina
59 Lo Bianco Clementino acha que a questão não é tão diferente do que se está discutindo
60 neste momento, pois comentou que a palavra não possui mais valor, e que a ciência abre
61 muito debate para o positivismo e não positivismo. Comentou também sobre como será
62 feita esta fiscalização às psicólogas que atuam com crianças autistas, de como será
63 garantida a fiscalização, de forma a garantir o direito à autonomia das crianças autistas.
64 Célia Zenaide da Silva comentou sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com
65 Deficiência, Lei 13. 146 de 2015, pois acredita que a Lei dá respaldo às crianças autistas
66 no sentido de não violação de seus direitos, e que garante a autonomia de tratamento
67 nestes casos. Pensa que a linha de resposta pode englobar a Lei de Inclusão, sendo
68 contrária à colocação das câmeras e televisões na recepção. Alessandra Santos de
69 Almeida concorda e acredita que possa ser acrescentado o Estatuto da Criança e do
70 Adolescente – ECA, pois as crianças são sujeitos de direitos e abordar sobre o vínculo e
71 a relação de confiança que deve existir entre o profissional e a pessoa atendida. Ana

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

72 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou que é preciso analisar a Lei Federal e
73 analisar a Lei Estadual e verificar se há dispositivos contrários, e se houver, há a
74 possibilidade de provocar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI à Lei
75 Estadual. João Diego Firmiano (GJur) explicou que se houver disparidade, há que se
76 constituir ADI, mas que somente os legitimados, que são os governos e partidos
77 políticos podem constituir ADI e que o CFP não é legitimado, então, se houver
78 discrepância há que se provocar um legitimado. Alessandra Santos de Almeida
79 comentou também a importância de fazer um diálogo com o parlamento sobre a lei
80 estadual, um diálogo amplificado. Marina de Pol Poniwas pensa que talvez seja
81 importante que o GT Interno elabore um parecer. Marisa Helena Alves acredita ser
82 muito importante, no âmbito estadual, que o CRP realize diálogo com os parlamentares,
83 para que seja feita uma incidência nesse sentido. Acha que a SOE e a GJur devem
84 elaborar resposta conjunta e encaminhar ao CRP. Comentou que no CNS existem dois
85 representantes de Câmaras que são autistas. Pensa também que a pauta sobre essa lei
86 estadual deva ser encaminhada ao GT Interno de TEA. Após ampla discussão do
87 plenário e não havendo mais dúvidas, passou-se aos encaminhamentos.
88 **Encaminhamentos:** A) Fazer uma resposta com base na Lei Brasileira de Inclusão Lei
89 13.146 (Capítulo da Saúde), para falar da garantia de autonomia dos profissionais. Usar
90 como referência também, o ECA, para falar da criança como sujeito de direito.
91 Abordando sobre o vínculo e a relação de confiança que deve existir entre o profissional
92 e a pessoa atendida. B) Verificar se a Lei estadual está desrespeitando a Lei Federal.
93 Caso exista desrespeito, deve-se provocar um dos legitimados, com apresentação de
94 subsídios. Sugerir ao CRP que realize diálogo com os parlamentares sobre a lei
95 estadual. Legitimados: Governo e Partidos Políticos. C) SOE e GJUR devem elaborar
96 uma resposta aos CRS com base na discussão acima. D) Encaminhar a pauta para o GT
97 de TEA. **Ponto 30: APOIO - CNS: CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**
98 **SOLICITA APOIO DO CFP PARA REALIZAÇÃO DA 17ª CONFERÊNCIA**
99 **NACIONAL DE SAÚDE (Processo Sei nº 576600005.000237/2022-35).** Marisa
100 Helena Alves disse que no dia 28 (vinte e oito) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e
101 dois), o CNS – Conselho Nacional de Saúde, enviou o Ofício nº
102 873/2022/SECNS/DGIP/SE/MS ao CFP, solicitando apoio por meio do empréstimo e
103 assessoria para utilização do "Sistema de Relatoria E-propostas do CNS" (desenvolvido
104 pelo CFP para o Congresso Nacional de Psicologia), a ser utilizado nas etapas estaduais
105 e nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde. Atualmente, o CFP e o CNS já estão
106 trabalhando em conjunto no uso do Sistema de Relatoria E-propostas, do CNP, para seu
107 uso na 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, a ser realizada em maio de 2023 (dois
108 mil e vinte e três). Assim, é preciso deliberar sobre o pedido de apoio do CNS ao CFP,
109 que versa sobre o empréstimo e a assessoria para a utilização do Sistema de Relatoria E-
110 propostas, do CNP, nas etapas estaduais e nacional da 17ª Conferência Nacional de
111 Saúde Mental. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega disse que é possível, desde
112 que verificado internamente, o empréstimo e a assessoria para a utilização do Sistema
113 de Relatoria E-propostas. O plenário anuiu sobre o empréstimo. **Encaminhamento: A**

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

114 Plenária aprovou o pedido de apoio e encaminhou pela priorização deste processo.
115 **Ponto 31: ELABORAÇÃO DE ORIENTAÇÃO COM CRITÉRIOS DE**
116 **GUARDA/ARQUIVAMENTO DE MATERIAIS E DOCUMENTOS**
117 **PSICOLÓGICOS (Processo Sei nº 576600003.000270/2022-85).** Alessandra Santos
118 de Almeida referiu que o Grupo de Trabalho interno do CFP – Reavaliação Psicológica
119 na Lei Nº 14.071/2020 tomou conhecimento da Portaria nº 59/2021, emitida pelo
120 DETRAN-BA, que estabelece em seus artigos 13 e 15 a guarda digitalizada dos exames,
121 laudos e de toda a documentação relacionada à avaliação psicológica na área do trânsito
122 e que determina, em casos de extinção das clínicas credenciadas ou de
123 descredenciamentos, que toda a documentação relativa aos exames realizados será
124 recolhida ao DETRAN-BA. De acordo com o Art. 13 da referida portaria, que prevê que
125 a clínica credenciada conservará exames, laudos, e toda a documentação relacionada aos
126 atendimentos objeto do credenciamento em arquivo digitalizado, pelo prazo de 05
127 (cinco) anos, elucidamos que o artigo não versa sobre como será feita esta digitalização.
128 Considerando que ainda não há normativa do CFP sobre a guarda digitalizada de
129 documentos psicológicos a ponto de serem cumpridos os preceitos do Código de Ética
130 Profissional quanto ao sigilo, no momento não é possível autorizar a obrigatoriedade de
131 arquivo exclusivamente digitalizado dos profissionais da psicologia. Esta digitalização,
132 em sendo necessária, precisa ser realizada a partir de normatização do CFP. Diante
133 disso, o GT entende ser necessária a elaboração de orientação específica que auxilie a
134 categoria profissional com critérios e procedimentos necessários para a
135 guarda/arquivamento de materiais e documentos psicológicos de forma digitalizada de
136 modo a preservar o sigilo das informações. Destaca-se que na 10ª Reunião de Diretoria
137 de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi autorizada a criação de um GT Interno do CFP,
138 composto por conselheiras, GTI, GTEC, GJUR e *ad hocs*, que pode contribuir com o
139 tema. Salientou que há o entendimento da necessidade de digitalização dos documentos,
140 mas não há o indicativo de em qual dispositivo deve ser realizada esta digitalização.
141 Comentou que o Detran da Bahia quer todos os dados, testes digitalizados, mas que eles
142 não oferecem um programa de padronização, e que cada clínica realizará a digitalização
143 de forma que convier. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou que a
144 Resolução do CFP fala da guarda por 5 anos, mas não informa como deverá ser
145 realizada a guarda dos documentos. E que é muito difícil expedir uma normativa que
146 abranja todos os quesitos, todas as especificidades. Alessandra Santos de Almeida disse
147 que o intuito é que uma normativa básica seja expedida, onde se especifique como deve
148 ser feita a guarda dos documentos. Marina de Pol Poniwas acredita que se dissermos o
149 “como” estaremos interferindo na administração pública. Ana Sandra Fernandes
150 Arcoverde Nóbrega disse que o Detran quer expor os documentos e não os guardar. E é
151 preciso diferenciar esta questão. Após discussão no plenário, passou-se aos
152 encaminhamentos. **Encaminhamentos:** A) A Plenária entendeu que a atual resolução
153 prevê que a guarda de documentos psicológicos cumpre sua função de resguardar o
154 sigilo das avaliações. B) Deve-se entrar em contato com o DETRAN e elucidar a
155 diferença entre “Guarda de arquivo de documentos sigilosos de responsabilidade do

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

156 profissional” e a “Exposição dos documentos nos moldes exigidos pela autarquia”.

157 **Ponto 32: SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO DE ESPECIALISTAS: COMISSÃO**

158 **DE DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS (Processo Sei nº**

159 **576600012.000046/2020-12).** Emanuelle Silva (CGest) disse que considerando a saída

160 de alguns especialistas da Comissão responsável pela elaboração do documento de

161 referência sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, a importância desse

162 documento para a categoria e a necessidade de finalização do documento, a comissão de

163 especialistas responsável pela elaboração da Referência sobre Direitos Sexuais e

164 Direitos Reprodutivos indicaram, por solicitação da Conselheira Neuza Maria de Fátima

165 Guareschi, coordenadora da comissão, apresentar os nomes de Sofia Favero Ricardo e

166 Daniel Coelho Silva Brandão para a finalização do documento. Os minis currículos

167 forma lidos. O plenário anuiu as indicações. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

168 pontuou sobre a produção e avaliação das referências que dá trabalho, mas que

169 atualmente, no CFP, todo este trabalho é de caráter voluntário, e pensa que poderia ser

170 pago, mas que para realizar o pagamento teria que ser via edital, o que é arriscado

171 politicamente. Disse que receberam na Diretoria, a solicitação do Crepop de pagamento

172 aos especialistas, mas que o pedido foi negado. Comentou que os especialistas estão se

173 recusando a participar da elaboração e da avaliação das referências justamente por esta

174 questão do pagamento. Ponderou que em uma avaliação técnica quais são os critérios

175 que vão ser utilizados para o pagamento de ajuda de custo. Pensa que talvez haja a

176 necessidade de repensar as metodologias de trabalho, as estruturas, a confecção das

177 referências. **Encaminhamento:** A) Aprovadas as indicações de Sofia Favero Ricardo e

178 Daniel Coelho Silva Brandão para compor a comissão de especialistas responsáveis pela

179 elaboração da Referência Técnica sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. B)

180 Pensar numa avaliação técnica, em que critérios utilizar para o pagamento de ajudas de

181 custos dos especialistas. Talvez repensar as metodologias de trabalho, as estruturas e a

182 confecção das referências. **Ponto 33: ABEP INFORMA AO CFP O SEU**

183 **INTERESSE E DISPONIBILIDADE PARA PARTICIPAR DAS AÇÕES**

184 **RELATIVAS AO GT DO MEC SOBRE GRADUAÇÃO EAD NA ÁREA DA**

185 **SAÚDE (Processo Sei nº 576600020.001736/2022-51).** Este ponto foi discutido em

186 conjunto com o ponto: **FCFAS - PORTARIA MEC Nº 668/2022: FCFAS**

187 **APRESENTA ESTUDO E SOLICITA POSICIONAMENTO DO CFP SOBRE**

188 **CRIAÇÃO DO GT DO MEC PARA ELABORAR SUBSÍDIOS COM VISTAS À**

189 **REGULAMENTAÇÃO DA OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EAD**

190 **(Processo Sei nº 576600020.001793/2022-31).** Daniel Arruda comentou que em 14

191 (catorze) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois) o Ministério da Educação

192 publicou a Portaria Nº 668, instituindo Grupo de Trabalho (GT) para apresentar

193 subsídios com vistas à regulamentação da oferta de cursos de graduação em Direito,

194 Odontologia, Psicologia e Enfermagem na modalidade a distância. Tal GT será

195 composto por representantes de vários órgãos e entidades, entre os quais o Conselho

196 Federal de Psicologia, que deverá indicar representante e suplente. Além disso, o GT

197 poderá convidar representantes e especialistas a participar das atividades. Em 19

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

198 (dezenove) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), a Associação Brasileira de
199 Ensino de Psicologia (ABEP) enviou ao CFP o Ofício nº 19-2022/ABEP, por meio do
200 qual manifesta interesse e disponibilidade para participar das ações relativas a esse GT a
201 ser constituído pelo MEC. De forma objetiva, a entidade solicita que uma das
202 indicações a serem feitas pelo CFP (de representante titular e suplente) seja de um
203 representante da ABEP. Disse que também existe a possibilidade de participação no GT
204 por meio de convite a representantes de entidades ou a especialistas, conforme Portaria
205 do MEC. Então é preciso deliberar acerca da solicitação da ABEP para que uma das
206 indicações para compor o GT a ser constituído pelo MEC, sobre graduação EaD na área
207 da saúde, a serem feitas pelo CFP (de representante titular e suplente), seja de um
208 integrante da ABEP. Sobre o Fcfas ele comentou que em 27 (vinte e sete) de setembro
209 de 2022 (dois mil e vinte e dois), o FCFAS (Fórum dos Conselhos Federais da Área da
210 Saúde) enviou Ofício-Circular nº 43/2022 relativo à posição do referido Fórum sobre a
211 Portaria do MEC nº 668, de 14 de setembro de 2022. O objetivo do Fórum foi elucidar
212 interpretações consideradas equivocadas por parte de alguns Conselhos e também do
213 Ministério Público Federal (Goiás), visto que foi enviada à Coordenadora do FCFAS,
214 Zilamar Costa, uma minuta de Ofício elaborado pelo MPF a ser enviado a
215 SERES/MEC, sugerindo que tal Portaria seja estendida aos demais cursos da área da
216 saúde. A portaria nº 668, de 14 de setembro de 2022 institui Grupo de Trabalho, de
217 caráter técnico, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, para apresentar subsídios
218 com vistas à regulamentação da oferta dos cursos de graduação em Direito,
219 Odontologia, Psicologia e Enfermagem, na modalidade a distância e dispõe sobre o
220 sobrestamento dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de
221 reconhecimento de cursos de graduação, na modalidade a distância. Marisa Helena
222 Alves acha importante se fazer contato com a representante da CIRTH para participar
223 das reuniões. O plenário discutiu sobre os documentos constantes no ponto de pauta.
224 Anna Carolina Lo Bianco Clementino perguntou sobre a composição do GT, se é
225 desvantajosa dependendo dos participantes e questionou se há a possibilidade de
226 mudança. Rodrigo Acioli Moura ponderou sobre a questão política, pois a Abep
227 solicitou ocupar uma das vagas, de titular ou de suplente. Ana Sandra Fernandes
228 Arcoverde Nóbrega acha que a representação é do CFP, e que a Abep deve provocar
229 para a sua entrada no GT. Daniel Arruda (GRI) evidenciou que a indicação é de
230 representação do CFP e que a portaria abre precedente para se convidar especialistas.
231 Célia Zenaide da Silva perguntou sobre o Decreto que refere sobre a extinção dos
232 Conselhos. E comentou que é imprescindível que as instituições de ensino e pesquisa se
233 posicionem e que a Ampep também deve se posicionar. Daniel Arruda (GRI) acha que o
234 CFP deve se posicionar mais incisivamente na CIRTH, via Fenapsi. Ana Sandra
235 Fernandes Arcoverde Nóbrega acha que a indicação do plenário para representar o GT
236 do Mec deva ser o conselheiro Antonio Virgílio Bittencourt Bastos ou Raquel Guzzo.
237 Comentou que, para essa discussão, a indicação deve ser de alguém que tenha interface
238 com a academia. E que a CIRTH é um lugar extremamente estratégico e que o CFP
239 deve ser fazer presente. Acha importante reunião entre os conselheiros Rodrigo Acioli,

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

240 Virgílio Bitencourt, Marisa Helena e Raquel Guzzo. Rodrigo Acioli Moura disse que os
241 encaminhamentos são no sentido de que, quando o ofício do Mec chegar, que devemos
242 estar presentes para discutir a EaD, e que o CFP é contrário à regulamentação da EaD
243 em cursos de graduação em Psicologia. Marisa Helena Alves ponderou ser interessante
244 a troca da representação da CIRTH para o Fcfas, sendo o conselheiro Rodrigo Acioli
245 Moura o representante, pois acompanha o Fcfas. Ela diferenciou a CIRTH da Câmara
246 Técnica. Pontuou que na CIRTH a representação é feita pela Fenapsi e na Câmara
247 Técnica pelo CFP. Não havendo mais dúvidas, passou-se aos encaminhamentos.
248 **Encaminhamentos:** A) Indicações para representar o CFP no GT do MEC: Virgílio
249 Bitencourt e Raquel Guzzo, de forma que eles escolham quem será o titular e quem será
250 o suplente. B) Sugerir à ABEP que eles oficiem o MEC pleiteando uma vaga de
251 convidado especialista. C) A Plenária sugere a alteração da representação do CFP na
252 Câmara Técnica da CIRHRT para o conselheiro Virgílio Bitencourt ou Raquel Guzzo,
253 mas a prioridade de titularidade é de Virgílio. D) Indicar, na resposta ao ofício, que a
254 participação do CFP será para discutir a EAD, pois a posição oficial do Sistema é
255 contrária à "Regulamentação" dos cursos de graduação em Psicologia na modalidade
256 EaD. E) Agendar uma reunião entre os conselheiros Rodrigo Acioli, Virgílio
257 Bitencourt, Marisa Helena e Raquel Guzzo. F) Acompanhar a proposta do FCFAS de
258 tentar incluir as 14 profissões da saúde no GT do MEC. **Ponto 34: E-MAIL**
259 **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO - CONVITE PARA ENTREVISTA SOLICITADA**
260 **PELA KROTON SOBRE EAD (Ponto Inserido na Hora).** Ana Sandra Fernandes
261 Arcoverde Nóbrega disse que receberam uma solicitação de entrevista sobre os cursos
262 de graduação em Psicologia no formato EaD. Comentou que Angela Soligo da Abep foi
263 consultada e ela acredita que o CFP não deva participar da entrevista. Já o conselheiro
264 Antonio Virgilio Bittencourt Bastos acredita que o CFP deva participar. O plenário
265 ponderou os prós e contra de se participar da entrevista. Ana Paula Soares da Silva
266 argumentou que o CFP deve escrever um documento e apresentar como resposta à
267 Kroton. Acha ser de extrema importância que tenhamos um documento já pronto em
268 que expresse uma decisão coordenada. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
269 acredita que no documento os argumentos devem estar bem explícitos e que a Angela
270 Soligo deve ser acionada para esta produção. Coma produção do documento não há a
271 necessidade da entrevista. Este documento expressará o posicionamento do CFP e da
272 Abep. **Encaminhamentos:** A) Produzir um documento formal de posicionamento do
273 CFP, com os devidos argumentos, sobre os cursos de Psicologia EAD. B) Esse
274 documento será assinado pela ABEP e CFP, e ficará disponível no site do CFP.
275 **Observação:** Ana Sandra falará com a Angela Soligo sobre a produção deste
276 documento. Neste documento haverá a posição do CFP e da ABEP. **Ponto 35:**
277 **BOLETIM UNIVERSAIS E INTERDEPENDENTES - CDH/CFP - 12ª EDIÇÃO -**
278 **JUL/AGO/SET 2022 (Processo Sei nº 576600005.000015/2022-12)** Daniel Arruda
279 disse que a Comissão de Direitos Humanos do CFP submete proposta de novos
280 indicados na 12ª edição de seu "Boletim: Universais e Interdependentes" - Julho/
281 Agosto / Setembro de 2022, para análise e aprovação do Plenário do CFP, conforme

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

282 segue: 1) O ARTIGO 2: Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de
283 Mulheres e Crianças. Autorizado inicialmente: Tatiana Bivar Simonetti, mas está
284 indisponível. Solicitação de aprovação de novo indicado: Lyz Sobral, é do Ministério
285 Público do Trabalho e atua no combate ao tráfico de mulheres. 2) ENTREVISTA:
286 Aniversário da Lei Maria da Penha. Autorizado inicialmente: Maria da Penha, mas está
287 indisponível. Solicitação de aprovação de novo indicado: Martír Silva, mulher negra
288 advogada estudiosa de temas do feminino e atual Coordenadora Estadual de Promoção
289 de Igualdade Racial no Ceará. O plenário aprovou as indicações para o Artigo 2. E
290 solicitou que a senhora Maria da Penha fosse novamente contatada, de forma a enviar-
291 lhe recurso ou a alguém do Instituto, sendo a conselheira Alessandra Santos de Almeida
292 a intermediadora do contato. Caso haja novamente a negativa, a plenária acata as
293 sugestões de indicação da Entrevista. **Encaminhamentos:** A) Aprovadas as indicações
294 para o ARTIGO 2. B) Tentar novamente a entrevista com Maria da Penha. Caso não
295 seja possível, buscar alguém que seja do Instituto. Caso também não consiga essa
296 segunda opção, a Plenária acata as sugestões. C) A conselheira Alessandra Almeida se
297 disponibilizou a intermediar o contato com Maria da Penha. **Ponto 36: I SEMINÁRIO**
298 **DE PSICOLOGIA E FEMINISMO (Processo Sei nº 576600003.000313/2022-22).**
299 Alessandra Santos de Almeida disse que o dia 20 (vinte) de novembro (Dia Nacional da
300 Consciência Negra) foi a data escolhida, no país, para começar os "21 Dias de Ativismo
301 pelo Fim da Violência Contra a Mulher", com o objetivo de enfatizar a dupla
302 discriminação que sofre a mulher negra. O período engloba o dia 25 (vinte e cinco) de
303 novembro, Dia do Combate à Violência contra a Mulher, e se encerra no dia 10 (dez) de
304 dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Segundo informações que constam
305 no Portal da Transparência do CFP, a Psicologia pode ser considerada uma profissão
306 predominantemente feminina, pois 84% (oitenta e quatro por cento) do total de
307 profissionais com registro ativo no país é formado por mulheres. Entende-se, portanto,
308 ser urgente e necessária a realização de um seminário que contemple a diversidade de
309 pautas que atravessam a constituição das mulheres e de questões que se apresentam no
310 dia-a-dia da atuação da psicóloga e do psicólogo. Entre os temas que afetam e
311 mobilizam as mulheres, destacamos a questão das violências (física, psicológica,
312 patrimonial, sexual, obstétrica, moral), mas também pautas ligadas a saúde sexual e
313 reprodutiva (aborto, casamento, maternidade, saúde materna), ao trabalho de cuidado
314 não remunerado, a perda de emprego, ao tráfico de mulheres, a educação de meninas, a
315 pornografia, ao patriarcado, ao apagamento das mulheres na história (incluindo a da
316 Psicologia), entre outros. Com o objetivo de pensar a Psicologia e as estruturas de
317 gênero, propõe-se, ao Plenário, a realização do I Seminário de Psicologia e Feminismo
318 do CFP. Sugere-se, por fim, que o evento seja gravado para elaboração de uma
319 publicação do CFP sobre o tema, de modo a escrever os nomes dessas mulheres na
320 história e incluir seus corpos na pauta do dia da Psicologia brasileira. Disse ser de
321 extrema importância que o seminário seja realizado ainda nesta gestão, principalmente
322 pelo fato de a presidente do CFP ser uma mulher e a diretoria toda ser formada por
323 mulheres, sendo a tesoureira uma mulher negra. Acha também que todas as falas do

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

324 seminário devam ser feitas por mulheres. Sugeriu como tema do seminário: Psicologia e
325 Feminismo. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega concorda com a realização do
326 seminário, mas ponderou que é preciso repensar sobre o tema, pois há muita resistência
327 quanto ao termo feminismo. Alessandra Santos de Almeida então, propôs o tema:
328 Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às violências. Marina de Pol Poniwas se colocou
329 à disposição para fazer parte da comissão organizadora do seminário. Alessandra Santos
330 de Almeida solicitou que o seminário seja presencial. E que seja feita a confecção de
331 uma publicação do CFP, construída a partir da degravação das falas e participações no
332 evento. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega ponderou se o orçamento comporta a
333 realização de mais um evento deste montante. Então decidiu que será chamada uma
334 representante de cada CRP, custeado pelo CFP, e caso o CRP queira encaminhar mais
335 representante que seja responsável pelos custos, que o seminário será híbrido, será
336 gravado e transmitido pelas redes sociais do CFP e que será realizado na sede do CFP. E
337 que uma equipe de degravação deverá ser contratada. Quanto a data, deverá ser após o
338 CBP e antes da Apaf de dezembro. Disse também que a programação deve ser montada
339 com urgência devido ao tempo exíguo. Célia Zenaide da Silva solicitou fazer parte da
340 comissão organizadora. O plenário achou importante se convidar Maria da Penha,
341 mesmo que a participação seja realizada de forma remota. Assim, a comissão
342 organizadora será composta por Marisa Helena Alves, Alessandra Santos de Almeida,
343 Marina de Pol Poniwas, Célia Zenaide da Silva e Anna Carolina Lo Bianco Clementino.
344 Esta solicitou uma parte no seminário para se falar sobre a psicanálise. Marina Helena
345 Alves pontuou ser importante a presença de Sandra Spósito no seminário. Dirimidas
346 todas as dúvidas, passou-se ao regime de votação. Em votação, o plenário aprovou, por
347 unanimidade, a realização do seminário. **Encaminhamentos:** A) Autorizada a
348 realização do I Seminário “Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências”, com
349 data a ser definida pela Comissão. B) A Comissão foi formada por: Marina Poniwas,
350 Célia Zenaide, Marisa Helena, Anna Carolina e Alessandra Almeida. C) A data de
351 realização do I Seminário deve ser depois do CBP e antes da APAF. D) O Seminário
352 deve ser híbrido e gravado. E) Foi autorizada a participação de um representante de
353 cada Regional, que será custeado pelo CFP (Caso o regional queira enviar mais
354 representantes, estes serão custeados pelo próprio regional); O Seminário será realizado
355 no CFP, que já possui uma estrutura de transmissão. F) Deve ser convidada para
356 participar do I Seminário, a senhora Maria da Penha, mesmo que seja uma participação
357 on-line. G) Foi aprovada a confecção de uma publicação do CFP, construída a partir da
358 degravação das falas e participações no evento, porém, apenas no próximo ano,
359 considerando as demandas existentes na GCOM. **Ponto 37: SOLICITAÇÃO DA**
360 **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PAIS DE BEBÊS PREMATUROS (ONG**
361 **PREMATURIDADE.COM) (Processo Sei nº 576600010.001172/2022-76).** Daniel
362 Arruda (GRI) comentou que no dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2022 (dois mil e
363 vinte e dois), a Associação Brasileira de Pais de Bebês Prematuros (ONG
364 Prematuridade.com) encaminhou, via Ouvidoria, e-mail em que solicita estabelecer
365 contato com o CFP para tratar do tema do parto prematuro, que é a principal causa de

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

366 mortalidade infantil antes dos 5 (cinco) anos de idade. O objetivo do contato é colocar a
367 Associação à disposição do Conselho Federal de Psicologia, no sentido de unir esforços
368 para garantir mais saúde para os bebês prematuros e suas famílias. Segundo a
369 associação: "Propõe-se a criação de um projeto de lei para garantir a presença do
370 profissional da psicologia dedicado exclusivamente para as unidades neonatais nos
371 hospitais. Temos evidências científicas suficientes para mostrar os efeitos deletérios
372 para toda a vida para as famílias que não têm acompanhamento psicológico durante a
373 internação do bebê". Dessa forma, é preciso deliberar sobre o agendamento de reunião
374 com a ONG, bem como indicar representante(s), se for o caso. A plenária deliberou que
375 a conselheira Alessandra ficará responsável pelo diálogo com esta associação.
376 **Encaminhamento:** Aprovada a realização da reunião solicitada, prioritariamente de
377 forma virtual. A conselheira Alessandra Almeida será a representante do CFP. **Ponto**
378 **38: CONVITE PARA REUNIÃO - RECOMENDAÇÕES SOBRE O MANUAL**
379 **OPAS/OMS (Processo Sei nº 576600020.001489/2022-93).** Daniel Arruda (GRI)
380 comentou que no dia 16 (dezesesseis) de agosto de 2022 (dois mil e vinte e dois) a
381 Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)
382 no Brasil encaminhou convite no sentido de agendar uma reunião sobre as
383 considerações do CFP referentes ao manual denominado: "Enfrentando Problemas Plus
384 em Grupo (EP+ GRUPO) - Atendimento psicológico em grupo para adultos com
385 angústia em comunidades expostas à adversidade", publicado em 2020 pela
386 OPAS/OMS Brasil. Disse que há um parecer elaborado pela GTec sobre o documento
387 em referência. Assim, é preciso deliberar sobre a realização ou não da reunião e a
388 indicação de representante, se for o caso. O parecer da GTec foi lido. Alessandra Santos
389 de Almeida tem a impressão de que o referido documento se refere a emergências e
390 desastres, primeiros socorros e atenção emergencial. Acredita ser de grande valia o
391 diálogo com a Opas e que, durante a reunião, o GT de Emergências e Desastres deva
392 estar presente, já que a saúde mental deve ser prioridade. Marisa Helena Alves pontuou
393 que a produção do documento foi no Nepal e que o manual foi elaborado para um
394 primeiro atendimento emergencial. Pontuou a questão do profissional qualificado para
395 realizar este atendimento emergencial, pois não está especificado o que é este
396 atendimento psicossocial. Rodrigo Acioli Moura comentou que o CFP não é contra o
397 documento, mas que a questão é a maneira como alguns nomes foram descritos. O
398 plenário definiu que a conselheira Marisa Helena Alves deve participar da reunião, além
399 do GT de Emergências e Desastres. Marisa Helena Alves acha importante que a Fiocruz
400 leia o material e realize uma adaptação do documento para a realidade brasileira.
401 **Encaminhamentos:** A) Foi indicada a conselheira Marisa Helena para participar desta
402 reunião. B) O GT de Emergências e Desastres deve ser convidado para participar da
403 Reunião. C) Solicitar à Fiocruz a leitura e adaptação do documento para a realidade
404 brasileira atual. **Ponto 39: CONVITE - PROCURADORIA ESPECIAL DA**
405 **MULHER DO SENADO FEDERAL: SOLICITA AGENDAMENTO DE**
406 **REUNIÃO PARA TRATAR SOBRE ESTUDOS PSICOSSOCIAIS (Processo Sei**
407 **nº 576600020.001777/2022-48).** Marina de Pol Poniwas comentou que no dia 23 (vinte

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

408 e três) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois, a Procuradoria Especial da Mulher,
409 do Senado Federal, encaminhou e-mail ao CFP solicitando o agendamento de uma
410 reunião entre a Presidente Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega e a Coordenadora
411 da Procuradoria, Isis Marra, para tratar sobre estudos psicossociais. A solicitação tem o
412 objetivo de entender o papel do CFP nos laudos psicossociais em processos judiciais. A
413 Procuradoria informou que atende mulheres que são partes de processos nas varas cível
414 e de família, e que há a impressão por parte delas que, ao solicitar o estudo psicossocial,
415 as mulheres já são estigmatizadas e o processo pende a desfavorecê-la, gerando medo
416 em relação ao estudo psicossocial. Disse que somente foi solicitado o agendamento da
417 reunião, não sendo definido se o formato seria presencial ou online. O plenário anuiu
418 pela realização da reunião, sendo o primeiro contato de forma remota e que as
419 conselheiras Alessandra Santos de Almeida e Marina de Pol Poniwas participarão da
420 reunião. **Encaminhamentos:** Foram indicadas as conselheiras Marina Poniwas e
421 Alessandra Almeida para participar desta reunião. Sugere-se o agendamento de uma
422 reunião virtual. **Ponto 40: INFORME - FNRDS: CARTILHA ELEITORAL 2022**
423 **ELABORADA PELO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DAS**
424 **DESIGUALDADES SOCIAIS (Processo Sei nº 576600005.000226/2022-55).** Daniel
425 Arruda (GRI) disse que no dia 13 (treze) de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois),
426 em reunião do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, foi pedido a
427 todos os participantes que solicitassem as entidades que compõem o referido Fórum a
428 divulgação da Cartilha Eleitoral 2022 (dois mil e vinte e dois). Objetivo da cartilha:
429 segundo seu próprio texto, seria "apresentar as posturas assumidas ao longo dos últimos
430 anos pelos representantes eleitos, presidente da República, deputados e senadores, em
431 nome de seus respectivos partidos, que tornaram a vida dos eleitores mais fácil ou mais
432 difícil". A expectativa, conforme seus idealizadores, é ajudar a população em geral na
433 escolha dos candidatos que receberão votos nas eleições de 2022 (dois mil e vinte e
434 dois). Comentou que o CFP integra esse Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade
435 Social.

436 O plenário ponderou que, dada a proximidade das eleições, a divulgação da referida
437 cartilha não teria efeito. **Encaminhamento:** O Plenário entendeu que as eleições estão
438 muito próximas, não há tempo hábil para realizar a divulgação da Cartilha. **Ponto 41:**
439 **SOLICITAÇÃO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DO XII SIMPÓSIO**
440 **BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA (Processo Sei nº**
441 **576600020.001762/2022-80).** Daniel Arruda (GRI) disse que no dia 13 (treze) de
442 setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois) a Associação Brasileira de Psicologia Política
443 (ABPP), a qual integra o FENPB e está presidindo a comissão científica do 6º CBP,
444 convidou o CFP e solicitou apoio institucional para o XII Simpósio Brasileiro de
445 Psicologia Política, que será realizado entre os dias 12 (doze) e 15 (quinze) de outubro
446 de 2022 (dois mil e vinte e dois), na UFMG, em Belo Horizonte. Disse ainda que a
447 ABPP convida a presidência do CFP para que integre a mesa de abertura do XII
448 Simpósio, junto com a Coordenação do FENPB. Referiu que a solicitação de apoio se
449 refere a auxílio financeiro para o pagamento de passagens de ida e volta para 6 (seis)

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

450 pessoas e diárias para as mesmas 6 (seis) pessoas nos dias de realização do Simpósio.
451 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega comentou que este tipo de solicitação chega
452 muito ao CFP e disse que estará presente no Simpósio, na mesa de abertura. Disse
453 também que o CFP dará como auxílio duas passagens de ida e de volta e as duas diárias
454 para participação efetiva no evento. E evidenciou que a diária será cheia, devendo o
455 participante providenciar a hospedagem. **Encaminhamento:** A) Aprovado o apoio de
456 passagens ida e volta e diária cheia (apenas para o dia de atividade no evento) para duas
457 pessoas. B) Indicada a conselheira Ana Sandra como representante do CFP para a mesa
458 de abertura do XII Simpósio. **Ponto 42: II COLÓQUIO PLURAIS E I MOSTRA**
459 **CIENTÍFICA PLURAIS: “CULTURAS NEGRAS – DIVERSIDADES E**
460 **EDUCAÇÃO” (Processo Sei nº 576600020.001831/2022-55).** Daniel Arruda (GRI)
461 disse que receberam ofício solicitando apoio conforme segue: Solicitamos apreciação
462 Institucional de Vossa Excelência no sentido de parceria no evento acima citado, que
463 acontecerá nos dias 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de novembro de 2022 (dois mil
464 e vinte e dois), de forma híbrida, na Universidade São Judas, na cidade de São Paulo,
465 campus Mooca. Trata-se de um evento de abrangência nacional e tem como finalidade a
466 reunião de pesquisadores, professores e estudantes com a intenção de fomentar
467 discussões, encontros, trocas de experiências e produção de conhecimentos a partir da
468 apresentação de pesquisas que envolvam questões raciais de forma interdisciplinar. O
469 evento é uma realização coletiva e institucional, promovido pela Ânima Plurais, dentro
470 do Ecossistema Ânima, que reúne escolas de ensino superior em diversas cidades do
471 Brasil, para dar vazão às demandas que implicam na Educação do Ensino Superior no
472 Brasil, sobretudo a comunidade universitária em suas diversas unidades espalhadas pelo
473 país. A solicitação será de parceria para montagem de um stand com materiais do CFP e
474 CRP-06, na temática de Direitos Humanos e Psicologia, destinado ao debate de
475 questões raciais e aos demais debates que o conselho tem feito na área de gênero, raça e
476 sexualidade no âmbito da Psicologia, a construção de uma mesa temática com membros
477 indicados pelo CFP e a produção de um café destinado a estudantes e professores
478 durante o dia 26 (vinte e seis de novembro), na Universidade São Judas, campus Mooca.
479 Célia Zenaide da Silva demonstrou o interesse em participar do evento. Ana Sandra
480 Fernandes Arcoverde Nóbrega acredita ser de grande valia uma parceria com o CRP 06,
481 como a solicitação de montagem de estande do CFP com materiais do CFP e do CRP 06
482 na temática dos Direitos Humanos. Acredita ser muito importante também que o CFP
483 faça esse debate contra o racismo e cogitou convidar Cintia Vilas Boas da CDH e
484 Lázaro de Souza da Abep para participarem do evento. Então, disse que é preciso
485 responder no ofício que estamos encaminhando a mesa com os representantes e que
486 qualquer solicitação ao CRP 06 seja feita a este CRP. Pensa que seria importante,
487 durante o evento, a divulgação de materiais do CFP. Então, encaminhou que é preciso
488 verificar com o CRP 06 a possibilidade de fazer um stand e o CFP enviaria os materiais
489 por correio para exposição. Célia Zenaide da Silva pensa que poderia ser confeccionado
490 um banner com as capas das publicações e os QRcodes de cada publicação. O plenário
491 anuiu a participação de Cintia Vilas Boas da CDH, Célia Zenaide da Silva e Lázaro de

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

492 Souza da Abep na mesa temática do CFP. Não foi aprovado o café destinado a
493 estudantes e professores. **Encaminhamentos:** A) Verificar se o CRP-06 possui
494 estrutura para montar o stand na Universidade. O CFP se compromete a enviar
495 publicações na temática de Direitos Humanos e Psicologia. B) Aprovada a constituição
496 de uma Mesa Temática, com a participação de Cintia Vilas Boas, Célia Zenaide e
497 Lázaro de Souza. C) Sugere-se a confecção de um banner com as capas e QR CODEs
498 das publicações. D) Não aprovado o apoio do Café. E) Oficiar o demandante
499 informando que não cabe ao CFP responder sobre o convite de participação do CRP-06
500 e ainda informar sobre a não possibilidade do apoio no café. A reunião plenária foi
501 encerrada às treze horas e trinta e oito minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Losiley
502 Alves Pinheiro, Conselheira-Secretária, e assinada por todos as presentes nomeadas.

No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 14/12/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 14/12/2022, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 15/12/2022, às 09:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 15/12/2022, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 16/12/2022, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 19/12/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Sandra Fernandes Arcoverde, Conselheira Presidente**, em 19/12/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 19/12/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria De Jesus Moura, Conselheira(o)**, em 19/12/2022, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 19/12/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0808788** e o código CRC **30D41320**.